

Junji cobra posição brasileira

Temendo que o Brasil se transforme no "maior pagador mundial de royalties dos alimentos", o deputado federal Junji Abe (PSD-SP) e demais membros da FPA - Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agropecuária discutirão o Tifac - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e para a Agricultura no contexto do Protocolo de Nagoya sobre a biodiversidade. O debate com autoridades brasileiras foi realizado no dia 03/04/2013. A preocupação de Junji e de integrantes da bancada ruralista leva em conta a postura adotada em negociações internacionais pelo Itamaraty que vem se pautando exclusivamente nas recomendações do Ministério do Meio Ambiente. "São instruções desvantajosas para a sociedade brasileira. Se o protocolo for ratificado, pode haver barreira tarifária às exportações do nosso agronegócio, além de a produção agropecuária brasileira correr o risco de sofrer sobretaxa e a importação de recursos genéticos para a pesquisa agrícola estar ameaçada", enumerou o deputado. Segundo Junji, o Ministério da Agricultura nunca foi chamado a opinar sobre o assunto. Ou seja, pontuou ele, não houve uma análise sobre as implicações do protocolo para o setor produtivo rural. Os parlamentares afirmaram que a agropecuária brasileira consegue produzir alimentos em grande quantidade, com excelente qualidade e a custos competitivos graças às condições distintas encontradas no Brasil. "Os avanços da

pesquisa agrícola na área de melhoramento genético são a base para estes resultados", assinalou Junji. A pesquisa genética promove, há mais de um século, o contínuo aperfeiçoamento da agropecuária, com o lançamento de raças de animais, cultivares vegetais e micro-organismos associado à agricultura e à produção de alimentos e biocombustíveis, sempre em qualidade superior a dos antecessores. O trabalho só é possível graças à matéria prima chamada de recurso genético. Trata-se de material encontrado em variedades tradicionais ou nos parentes silvestres das espécies agrícolas, que precisa ser coletado nas regiões do mundo onde cada espécie teve sua origem e foi domesticada. Embora a maioria das pessoas não saiba, ponderou Junji, mais de 90% dos alimentos consumidos no Brasil provêm de espécies exóticas ao Brasil. Como exemplos, ele citou arroz, feijão, saladas, verduras e legumes, todas as espécies animais de criação e a produção nacional de biocombustíveis. Também vêm de outros pontos do mundo os micro-organismos usados na fabricação de pão, láteos, vinho, cerveja e quase todos os alimentos com processos biológicos. "Para se ter ideia, estão fora da lista itens cotidianos da alimentação do brasileiro, como alface, tomate, cebola e muitos outros, além de commodities como soja, algodão, café e cana de açúcar", observou Junji. Para que o Brasil passe a defender



Deputado Federal
Junji Abe

essa posição na FAO, esclareceu Junji, será necessário convencer o Itamaraty. "Caso contrário, nosso País ficará só pagando royalties dos alimentos e terá sua agropecuária travada", alertou. O tratado começará a ser discutido a partir do próximo dia 15, em Roma, durante a reunião da FAO. "O que estamos assistindo é uma disputa entre o Ministério do Meio Ambiente, que avocou para si esse tema, e conta com o apoio do Itamaraty. Este conluio alijou do processo as partes mais interessadas que são os produtores, os consumidores e a sociedade de em geral", denunciou Colatto. Junji endossou, destacando a necessidade de uma posição nacional de consenso, adequadamente debatida no âmbito interno, com o envolvimento direto de todos os setores envolvidos. Ambos sustentaram que o assunto vai além do meio ambiente, porque afeta profundamente a produção de alimentos e a pesquisa.

Mel Tominaga
MTb-21.286

www.junjiabe.com.br